

CAPA

CASA DA MOEDA

FOTOS: GEORGE FANT

Sindicato
denuncia
desmonte



“ Governo produz prejuízo na Casa da Moeda para justificar a privatização ”

ALUIZIO JUNIOR, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Casa da Moeda do Brasil

TRABALHADORES **CONDENAM** PRIVATIZAÇÃO DA CASA DA MOEDA

REPRODUÇÃO



Por Josué Cardoso

“O governo Federal produz prejuízo na Casa da Moeda para tentar justificar sua privatização”. A declaração é do líder sindical Aluizio Junior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Casa da Moeda do Brasil, uma empresa pública brasileira com 325 anos de atividades. Segundo o sindicalista, a categoria está mobilizada para evitar a entrega dos serviços para a empresa estrangeira Valid Soluções, como foi denunciado pelo deputado federal Paulo Ramos em sessão na Câmara dos Deputados. A Casa da Moeda foi incluído em

um programa de privatização do governo, conforme decreto publicado no dia 15 de outubro último.

Aluizio lembrou que a empresa já constava de uma lista apresentada em agosto, que nomeava 17 empresas que o governo pretende privatizar, entre elas os Correios, a Telebras e Eletrobras. “A Casa da Moeda é uma empresa que vem dando lucro e repassando dividendos à União nos últimos anos”, afirmou o sindicalista. “O governo, que é o dono da Casa da Moeda, fala em quebra do monopólio alegando que a empresa está dando prejuízo. Na realidade, é meramente um prejuízo fabricado por ele mesmo”, acrescentou.

- Em 2010, a Casa da Moeda do Brasil deu um lucro de R\$ 415 milhões; em 2011, foram R\$ 501 milhões; em 2012 R\$ 533 milhões e em 2013 R\$ 783 milhões. Em 2014, mesmo em função do contingenciamento dos recursos do nosso cliente, que é o Banco Central, que não manteve o fluxo de pedidos que estava programado, o lucro foi de R\$ 223 milhões. Em 2015, a lucratividade foi de R\$ 311 milhões, e em 2016, de R\$ 60 milhões, quando o Banco Central já tinha acertado o pedido mas o governo faz alteração da DRU (Desvinculação da Receita da União), passando de 20% para 30% o valor da taxa e a Casa da Moeda, que tinha um serviço chamado SICOBÉ [selo de controle de produção de bebidas frias] e SCORPIOS [sistema responsável pelo controle de volume e rastreamento de produção de cigarros no País], passa a ser reconhecido pelo governo como taxa e o governo retém da Casa da Moeda, nada mais nada menos do que R\$ 534 milhões em função da alteração da DRU, o que nunca aconteceu antes. E mesmo assim, com a retenção desse valor, a Casa da Moeda alcança lucro de R\$ 60 milhões”, lembrou.

Continua o sindicalista: “Em 2017, o governo descontinuou o serviço de SICOBÉ, que controlava a produção dos envasadores de bebidas frias, como a Coca-Cola, Ambev, Itaipava e Petrópolis, que representavam naquele ano, 60% do faturamento bruto da Casa da Moeda. Então, o governo retira R\$ 1,4 bilhão do faturamento da Casa da Moeda, fazendo com que no primeiro ano, depois de 320 anos de existência da empresa, que a Casa da Moeda desse um prejuízo fabricado pelo próprio governo. E a mesma coisa aconteceu no ano de 2018 e que está levando o governo a construir essa narrativa que a Casa da Moeda dá prejuízo. Na verdade, repetimos, é um prejuízo fabricado pelo seu próprio dono, que é o governo, quando começa a desmontar a empresa retirando seus serviços com vista à sua substituição para uma empresa estrangeira”.

- Quando o governo descontinua esse serviço de controle de bebida, provoca um prejuízo no faturamento de R\$ 18 bilhões em 2017 e mais R\$ 19 bilhões em 2018, uma vez que os envasadores passam apenas a declarar à União o que produz – explicou. “Isso é real, temos estudos profundos. Tudo isso foi construído como um argumento para passar esse serviço da Casa da Moeda para a iniciativa privada, descredenciar a empresa e justificar sua privatização”.



“Em 2017, o governo descontinuou o serviço SICOBÉ, que representava 60% do faturamento da Casa da Moeda (R\$ 1,4 bilhão), fazendo com que depois de 320 anos a empresa desse prejuízo.”

Nos últimos dias 2 e 6 de dezembro, o assunto foi pauta de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj): a primeira convocada pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, por iniciativa do deputado federal Paulo Ramos (PDT-RJ); a segunda pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj, em conjunto com a Comissão de Economia da Alerj e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Casa da Moeda do Brasil, do congresso Nacional.

Ainda no dia 4, foi instalada no plenário VI do Senado, a Comissão Mista para analisar a MP 902, sobre o fim da exclusividade da Casa da Moeda para a fabricação de papel moeda, de moeda metálica e de cadernetas de passaporte, de impressão de selos postais e fiscais federais e de controle fiscal sobre a fabricação de cigarros. O texto que tem que passar por aprovação do parlamento. A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) foi eleita Presidenta da Comissão e o Senador Nelson Trad Filho (PSD-MS) Relator da Comissão da referida MP.

Vale lembrar que o mercado ilegal corresponde a 54% do total de cigarros comercializados no país. A redução da fiscalização pode tornar esse número ainda maior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
360ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA)
Em 6 de Novembro de 2019

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o pacote de maldades encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Jair Bolsonaro, o Messias, incorpora a privatização ou extinção da Casa da Moeda. É preciso lembrar que a empresa Valid Soluções comprou a Banknote, que tinha comprado a De La Rue, empresa americana que já fabricou nosso dinheiro.

O que me causa perplexidade, Sra. Presidente, é a tentativa de entregar esta parcela da segurança nacional a uma empresa privada. Agora só falta descobrir o vínculo do Sr. Paulo Guedes com essa empresa. Eu estou investigando isso. Eu não tenho dúvida de que tal vínculo existe, já que o Sr. Paulo Guedes é o principal representante dos interesses do capital financeiro, especialmente do capital financeiro internacional. O capital financeiro administra também os recursos do crime organizado em vários paraísos fiscais.

Agora, esta iniciativa em relação à Casa da Moeda tem impressão digital, que há de ser brevemente colhida em qualquer delegacia de polícia.

Eu trago uma nota da Associação Brasileira de Combate à Falsificação. Submeter a produção do nosso dinheiro a uma empresa que tem origem nos Estados Unidos significa, sem nenhuma dúvida, abrir a possibilidade de amanhã nosso dinheiro ser falsificado.

Muito obrigado.

REPRODUÇÃO

Denúncia na pauta do Congresso Nacional

No dia 6 de novembro último, durante sessão na Câmara, o deputado Paulo Ramos ocupou a tribuna para denunciar o "pacote da maldade" encaminhado pelo governo Federal, e destacou a iniciativa do governo Jair Bolsonaro em privatizar ou extinguir a Casa da Moeda. "É preciso lembrar que a empresa Valid Soluções comprou a Banknote, que tinha comprado a De La Rue, empresa americana que já fabricou nosso dinheiro".

- O que me causa perplexidade - senhora Presidente - é a tentativa de entregar esta par-

cela da segurança nacional a uma empresa privada. Agora só falta descobrir o vínculo do Sr. Paulo Guedes [ministro da Economia] com essa empresa. Eu estou investigando isso. Eu não tenho dúvida de que tal vínculo existe, já que o Sr. Paulo Guedes é o principal representante dos interesses do capital financeiro, especialmente do capital financeiro internacional. O capital financeiro administra também os recursos do crime organizado em vários paraísos fiscais - disse o parlamentar da bancada do PDT do Rio de Janeiro.

- Agora, esta iniciativa em relação à Casa da Moeda tem impressão digital, que há de ser brevemente colhida em qualquer delegacia de polícia - comentou. "Eu trago uma nota da Associação Brasileira de Combate à Falsificação. Submeter a produção do nosso dinheiro a uma empresa que tem origem nos Estados Unidos significa, sem nenhuma dúvida, abrir a possibilidade de amanhã nosso dinheiro ser falsificado", destacou o parlamentar. A denúncia do deputado virou também um vídeo do parlamentar disponível na internet.

Governo nomeia diretores vetados por Comitê de Elegibilidade

Aluizio Junior disse que a denúncia preocupa bastante “os trabalhadores e toda a sociedade”:

- Muito nos chamou a atenção a denúncia envolvendo a empresa multinacional Valid, o nome do ministro Paulo Guedes e o processo de desmonte da Casa da Moeda do Brasil. “Segundo o deputado - observa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Casa da Moeda do Brasil - essa ação orquestrada tem um endereço certo, uma vez que o governo estaria trabalhando para beneficiar essa empresa estrangeira.

E prossegue: “Isso nos preocupa muito, pois além dessa de-

núncia, existem dois diretores na Casa da Moeda do Brasil que foram nomeados recentemente e que tiveram seus nomes reprovados pelo Comitê de Elegibilidade. Depois da reprovação desses dois nomes, o Comitê foi destituído pelo recém empossado Presidente da Casa da Moeda do Brasil, Eduardo Zimmer Sampaio e esses diretores efetivados na função”, denunciou o presidente.

Segundo documentos em poder do Sindicato, os dois diretores que tiveram os nomes vetados e depois assumiram os cargos após a dissolução do Comitê são Saudir Luiz Filimberti (nome veta-

do na 20ª Reunião do Comitê de Elegibilidade, em 25 de maio de 2019) e Fabio Rito Barbosa (vetado na 23ª reunião do mesmo Comitê, em 11 de junho de 2019), ambos por “não haver comprovação de experiência na área abrangida pelas atividades da Casa da Moeda do Brasil”.

- Essa denúncia do deputado Paulo Ramos, bem como essas ocorrências nas nomeações de pessoas não qualificadas, colocam em dúvida todo o processo de privatização que envolve a Casa da Moeda do Brasil e é possível haver cumplicidade de alguns diretores com isso - concluiu o sindicalista.

Patrimônio que é orgulho para o País

REPRODUÇÃO



A Casa da Moeda do Brasil foi fundada em 8 de março de 1694, como solução para o problema da falta de instrumentos que auxiliassem a circulação das riquezas no Brasil Colonial. Naquela época, as poucas moedas existentes vinham de Portugal ou eram conseguidas do comércio com viajantes estrangeiros. Por isso, o rei de Portugal, D. Pedro II, autorizou a cunhagem de moedas provinciais, genuinamente brasileiras. Desde então, a Casa da Moeda do Brasil vem cumprindo sua função de dar segurança à sociedade brasileira, a qual lida no seu cotidiano com

inúmeros produtos e serviços oferecidos pela Casa da Moeda.

O complexo industrial, localizado em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, é um dos maiores do gênero no mundo e o maior da América Latina. No local, funcionam as fábricas da empresa onde são desenvolvidos produtos com o elevado padrão de qualidade exigido no mercado moderno, com capacidade instalada para produzir aproximadamente 2.6 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas por ano, assegurando autossuficiência para a produção nacional do meio circulante.

A Casa da Moeda do Brasil continua indo além, alinhada com as transformações tecnológicas e sempre preocupada em incorporar elementos de segurança baseados em soluções digitais, possui uma Sala Cofre categoria Tier 3 com área de 119m², redundante nos aspectos de energia elétrica, climatização e conectividade, com os mais altos padrões de segurança exigidos.

O reconhecimento da Casa da Moeda do Brasil nos mercados na-

cional e internacional é notório. A excelência de seus padrões de tecnologia, segurança e qualidade lhe assegura o fornecimento de soluções de segurança com tecnologia de ponta, que atendem a diversos segmentos, tais como: meios de pagamento, controle fiscal, postal, autenticidade e rastreamento, identificação, transporte, educação, telecomunicação, metalúrgico e laboratorial, dentre outros.

A Empresa investe em tecnologia de ponta para oferecer aos seus clientes as mais modernas soluções de segurança. Possui três unidades industriais: o Departamento de Cédulas (DECED), responsável pela impressão das cédulas do meio circulante nacional; o Departamento de Moedas e Medalhas (DEMOM), que atua na cunhagem de moedas de circulação e também de moedas e medalhas comemorativas; o Departamento de Produtos Gráficos e Cartões (DEGER), responsável pela produção produtos gráficos da empresa, como passaportes, selos fiscais, selos postais, diplomas, carteiras, entre outros.